

Estudo Técnico Preliminar 177/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 64000.039038/2024-31

2. Objeto

2.1 Aquisição de materiais de limpeza e higiene, em proveito da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
ALMOXARIFADO DA AMAN	RAFAEL SALGADO DA SILVA

4. Descrição da necessidade

- 4.1 A aquisição de materiais de limpeza e higiene para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é essencial para garantir a saúde, bem-estar e o funcionamento adequado das atividades cotidianas. Devido ao grande fluxo de pessoas que utilizam as diversas dependências da AMAN, como salas de aula, dormitórios, refeitórios, áreas de treinamento e instalações administrativas, é imprescindível contar com um estoque adequado de materiais de limpeza e higiene.
- 4.2 A ausência ou insuficiência desses materiais comprometeria não só a salubridade dos ambientes, mas também a preservação do patrimônio público e a integridade física dos alunos, instrutores e funcionários. Além disso, a falta de condições adequadas de limpeza favorece a proliferação de doenças e infecções, o que poderia impactar diretamente as operações e atividades militares.
- 4.3 Portanto, a contratação de materiais de higiene e limpeza visa assegurar que os ambientes da AMAN estejam sempre em condições apropriadas para o convívio, o estudo e o treinamento, preservando a saúde dos envolvidos e a conservação das instalações.

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 A contratação tem como objetivo a aquisição de materiais de higiene e limpeza para atender às necessidades da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). A seleção dos produtos deve garantir que as dependências da instituição militar mantenham padrões elevados de limpeza e conservação, proporcionando um ambiente adequado e seguro tanto para os militares quanto para os demais frequentadores.

5.2 Os materiais fornecidos devem incluir itens como sabão líquido, detergente, desinfetante, álcool em gel 70%, papel toalha, papel higiênico, vassouras, rodos, baldes e outros produtos correlatos. Todos os itens devem estar de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo de alta qualidade e atendendo às normas sanitárias vigentes. O fornecimento regular desses materiais deve garantir que a manutenção da limpeza seja contínua e eficaz, sem interrupções no serviço.

5.3 Além disso, os materiais deverão ser entregues em embalagens adequadas que garantam a integridade do produto até o momento de seu uso, e as entregas deverão ser feitas dentro dos prazos estabelecidos no contrato, de forma a atender prontamente as demandas da Academia. A empresa contratada deverá apresentar flexibilidade para adequar as entregas às necessidades específicas da AMAN, sempre que necessário, bem como prestar suporte para o uso e armazenamento adequado dos produtos fornecidos.

Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.4 O prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 80% (oitenta por cento) da validade total, recomendada pelo fabricante, a partir da sua data de fabricação.

5.5 Em sujeição às normas técnicas, os materiais devem atender aos requisitos mínimos de utilidade, resistência e segurança e atender às normas técnicas aplicáveis ao objeto e divulgadas por órgãos oficiais competentes.

5.6 A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.

5.7 A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

5.8 Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9 A proposta da contratada deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma a, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá ainda conter a indicação do banco, número da conta e agência, para fins de pagamento.

5.10 Objeto licitado, descrito no anexo, não se enquadra como bem de luxo, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818/2021, sendo caracterizado como um item de qualidade comum, apto a cumprir as finalidades para as quais se destina no contexto das demandas administrativas.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Em cumprimento ao que prescreve o Art 23 da Lei 14.133/2021 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 65 /2021 - SEGES/ME, esta UASG declara, sob as penas da lei, que foi

realizada pesquisa de mercado para revelar possíveis soluções que atendessem a demanda deste EE.

6.2 Desta maneira foi verificado a natureza dos materiais a serem adquiridos no mercado nacional e a cadeia logística para viabilizar a aquisição, realizando pesquisa de contratações análogas realizadas por outros entes da administração pública federal.

6.3 Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito à qualidade dos produtos e prazo de entrega.

6.4 Considerando, ainda, as características da contratação, verifica-se que a melhor solução e que oferece maior vantajosidade é a aquisição por pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços.

6.5 Sistema de Registro de Preços (consulta à Intenção de Registro de Preços (IRPs):

6.5.1 A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

6.6 A solicitação de acréscimo na quantidade de itens de acordo com o ultimo relatório em anexo aquisição de higiene e limpeza da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é fundamentada no aumento das demandas operacionais e administrativas da instituição. Nos últimos meses, houve um crescimento no número de atividades, treinamentos e eventos, resultando em uma maior utilização dos espaços físicos. Isso exige uma ampliação no consumo de materiais de limpeza para manter a adequação das condições sanitárias. Além disso, a intensificação das medidas de higiene é essencial para a prevenção de doenças, especialmente em períodos sazonais. O aumento no volume de itens também permite à AMAN negociar melhores preços, gerando economia de recursos. Portanto, o acréscimo é imprescindível para garantir a saúde e bem-estar de todos, além de assegurar o bom funcionamento da instituição.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A presente solução visa atender à necessidade de aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), de forma a garantir a manutenção contínua da limpeza e conservação das instalações da instituição. A solução proposta contempla o fornecimento de uma gama de produtos essenciais para a higiene pessoal e limpeza de ambientes, incluindo sabão líquido, detergente, desinfetante, álcool em gel, papel toalha, papel higiênico, entre outros.

7.2 O objetivo da aquisição é garantir a reposição constante desses materiais, assegurando que os ambientes da AMAN estejam sempre em condições sanitárias adequadas para o uso de seus ocupantes. A manutenção da limpeza nas áreas comuns, salas de aula, alojamentos e demais

dependências da instituição é crucial para a promoção da saúde e bem-estar dos militares, cadetes e colaboradores.

7.3 A aquisição centralizada de tais materiais permitirá uma gestão eficiente dos estoques, evitando a falta de itens essenciais e garantindo o cumprimento dos cronogramas de limpeza. O fornecimento será feito por meio de contratos estabelecidos com fornecedores que possam assegurar a qualidade dos produtos, o cumprimento das normas vigentes e a entrega dentro dos prazos estipulados. Além disso, a solução prevê a utilização de produtos com especificações técnicas que garantam a eficácia na limpeza e a segurança dos usuários, promovendo o uso responsável e sustentável dos recursos. Dessa forma, será possível manter as condições de higiene em níveis elevados, atendendo tanto às exigências operacionais da AMAN quanto aos padrões de segurança e saúde.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 Para levantar a estimativa dos materiais que deverão ser adquiridos, foi realizada uma pesquisa a fim de verificar a demanda de material de expediente utilizados no período de 365 dias, com o objetivo de estimar uma expectativa de consumo anual.

8.2. Encontra-se anexo a este estudo o relatório de reposição de estoque de material de consumo, utilizado para estimar a quantidade de materiais de higiene e limpeza objetos desta contratação.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.370.273,13

9.1 A estimativa de preços para a aquisição de materiais de higiene e limpeza, no valor de **R\$ 2.370.273,13 (Dois milhões, trezentos e setenta mil, duzentos e setenta e três reais e treze centavos.)**, foi realizada conforme as diretrizes da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e a Lei nº 14.133/2021. A análise crítica, registrada nos autos, confirma a adequação dos preços ao mercado e garante a vantajosidade da contratação.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A orientação para o parcelamento do objeto tem o propósito de ampliar a disputa do certame e garantir à Administração uma proposta mais vantajosa, sem prejuízo da economia de escala;

10.3. Súmula no 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (BRASIL, [2016]).

10.4 Para a presente contratação, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), optou pelo parcelamento da solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há contratação correlatas e/ou interdependentes para o referido objeto.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

12.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024/2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394452000103-0-000354/2025.

II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024.

III) Id do item no PCA 235, 237, 238 e 239

IV) Classe/Grupo 6810 - PRODUTOS QUÍMICOS, 7290 - UTENSÍLIOS COMERCIAIS E DOMÉSTICOS DIVERSOS; 7920 - VASSOURAS, ESCOVAS, RODOS, ESPONJAS E ESFREGÕES; 8520 - SABONETES, ARTIGOS PARA BARBEAR E DENTIFRÍCIOS, 8530 - ARTIGOS PARA HIGIENE PESSOAL, 8540 - ARTIGOS DE PAPEL PARA HIGIENE

V) Identificador da Futura Contratação 160249-17/2025.

12.3 Declaramos para os devidos fins que a presente contratação se encontra em consonância com o Planejamento Estratégico, com o **Plano de Contratações Anual da AMAN**, com o Sistema de Governança deste Órgão Contratante e está compatível com a **Lei de Diretrizes Orçamentárias**.

12.4 Declaramos ainda que o Planejamento da Contratação foi realizado com a ciência e observância do **Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação**, conforme parceria Técnica entre a Advocacia Geral da União e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

13. Indicação de marca e pedido de amostra

Indicação de marca

13.1. Não haverá a necessidade de indicação de marca.

Pedido de Amostra

13.2. Não haverá a necessidade de envio de amostra dos materiais.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 Os benefícios a serem alcançados com a contratação para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) incluem, em primeiro lugar, a garantia de um ambiente limpo e adequado para o convívio e atividades dos militares, cadetes e demais usuários.

14.2 A contratação assegura o fornecimento contínuo de materiais essenciais para a manutenção da higiene, o que impacta diretamente na saúde e bem-estar dos ocupantes das instalações.

14.3 Além disso, a aquisição planejada e parcelada permitirá uma melhor gestão dos recursos públicos, evitando desperdícios e otimizando os estoques de forma eficiente. A economia gerada pela maior competitividade no processo licitatório também contribuirá para a melhor aplicação dos recursos da administração pública. Por fim, a contratação de fornecedores qualificados promoverá a entrega de produtos de qualidade, garantindo o cumprimento das normas sanitárias e operacionais vigentes, proporcionando um ambiente seguro e salubre para todas as atividades da AMAN.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 Não há necessidade de capacitação, nem de adequação do ambiente para a contratação, pois as instalações e corpo técnico estão devidamente adequados às necessidades.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Conforme Orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

16.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

16.2 OBS: Para limitar os possíveis riscos ambientais oriundos da contratação os bens deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR-15448-1 e 15448-2; e 1.12.4 **que sejam observados** os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade

Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

16.3 OBS: Em cumprimento ao disposto no art 5º da IN/SLTI/MPOG nº01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, os fornecedores deverão obedecer aos seguintes critérios:

16.4 Que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos similares.

16.5 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

16.6 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

17. Participação em IRP

17.1 **Incompatibilidade com Necessidades Específicas:** as especificações dos produtos de higiene e limpeza ofertados no Sistema de Registro de Preços não atendem às necessidades específicas da nossa Administração, que requer itens com determinadas características técnicas, como formulações específicas e certificações ambientais, essenciais para garantir a eficácia e a sustentabilidade das nossas operações. Portanto, é necessário realizar um processo de aquisição próprio que atenda adequadamente a essas demandas.

17.2 Conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 82, inciso IV, que disciplina o Sistema de Registro de Preços (SRP), e considerando a necessidade de assegurar maior eficiência e controle no atendimento às demandas específicas do Grupo de Coordenação de Apoio Logístico Centralizado (GCALC), justifica-se a decisão de limitar a participação na presente Intenção de Registro de Preços (IRP) aos órgãos integrantes deste grupo. Tal medida objetiva garantir a uniformidade na gestão das aquisições, a otimização de recursos e o cumprimento das diretrizes estratégicas estabelecidas para o GCALC. Ressalta-se que a centralização das demandas contribui para a celeridade dos processos administrativos, a economicidade e a padronização dos bens e serviços adquiridos, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei. A presente justificativa fundamenta-se na legislação vigente e nas orientações normativas aplicáveis, sendo parte essencial para o cumprimento das atribuições do órgão gerenciador no âmbito do GCALC.

18. Permissão para autorizar Adesão

18.1 Será admitida adesão, durante a vigência das atas de registro de preços resultantes deste processo licitatório, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital

e municipal que não participaram do procedimento de IRP, na condição de não participantes. Tal medida é considerada excepcional e será publicada em boletim interno desta UGG, pelo coordenador geral do GCALC.

18.2 A adesão à licitação permite a redução de custos administrativos e operacionais, uma vez que evita a duplicação de processos licitatórios para a mesma finalidade. Isso resulta em economia de recursos e tempo, tanto para o órgão aderente quanto para o órgão gerenciador. Além disso, a utilização de uma licitação já realizada permite que a Administração Pública contrate com maior agilidade, especialmente em situações que demandam rapidez, como emergências ou quando há necessidade de suprir demandas imprevistas. Ao aderir a uma ata de registro de preços de outra licitação, a Administração pode usufruir de condições comerciais e preços mais vantajosos, que dificilmente seriam obtidos em um processo isolado, especialmente para órgãos menores.

18.3 Dessa maneira, a fim de atender outras Organizações Militares do Exército Brasileiro com tempestividade diante de demandas iminentes, por se tratar de aquisição de bens de natureza comum, permitindo até o dobro do montante licitado, conforme § 4º do Art. 31 do Decreto Nr 11.462/23, e observando as estimativas das quantidades, de modo que não ultrapasse o limite para ME/EPP de R\$ 80.000,00, prevista no Art. 6º, Dec. 8.538/15, decide-se pela autorização.

19. Opção pelo Sistema de Registro de Preços

19.1 A opção pelo Sistema de Registro de Preços se dá em conformidade com o Inciso II do Art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.

20. Verificação de Assinaturas Digitais

20.1 Todas as assinaturas digitais que irão compor este processo serão aferidas com o verificador de conformidade do Padrão de Assinaturas Digital ICP-Brasil disponibilizado pelo ITI. O ICP_Brasil está em conformidade com a Resolução CG ICP-Brasil nº 182, de 18 de fevereiro de 2021 (DOC-ICP-15). O verificador afere a conformidade de assinaturas eletrônicas avançadas providas no âmbito da Plataforma gov.br, nos termos da Lei nº 14.063/2020, do Decreto nº 10.543/2020 e da Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME nº 1/2021.

21. Sobre Atividade de Custeio

21.1 Tendo em vista o previsto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, a respeito da celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio, e baseado no art. 2º da Portaria 7.828 de 30 de agosto de 2022, que especifica quais são os casos relativos à atividade de custeio, fica

constatado que os materiais que serão adquiridos pela Academia Militar das Agulhas Negras no Pregão Eletrônico nº 90017/2025, NÃO se enquadram nessa categoria.

22. Adoção de Forma Eletrônica

22.1 O presente processo licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico e seus atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, de acordo com o Inciso VI do Art. 12º da Lei 14.1442/21. No caso de produção de documentos em papéis, os mesmos serão, posteriormente, digitalizados, conforme o Parágrafo Único do Art. 5º e Art. 12º do Decreto 8.539/2015.

23. Acesso à Informação

23.1 Em consonância com o Art. 7º, inciso VI, da Lei 12.527/11, o acesso à informação de que trata esta Lei compreende o direito de obter informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos. Dessa forma, o Edital e seus anexos serão divulgados em sítios oficiais e serão disponibilizados a quais quer interessados, quando apresentado pedido de acesso a informação.

23.2 De acordo com o art. 10 da Instrução Normativa Seges/Me nº 81, de 25 de novembro de 2022, ao final da elaboração do TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. No caso concreto, não há necessidade de proteger informações sensíveis ou estratégicas que, se divulgadas, poderiam comprometer a segurança, a administração pública ou outros interesses relevantes.

24. Justificativa Pregão eletrônico

24.1 A escolha do pregão eletrônico como modalidade de licitação para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) justifica-se pelos seus diversos benefícios, conforme estabelecido na Lei nº 10.520/2002 e na Lei nº 14.133/2021. O pregão eletrônico amplia a competitividade, permitindo a participação de fornecedores de qualquer localidade, o que favorece a obtenção de melhores preços e condições. Além disso, essa modalidade garante maior transparência, publicidade e segurança ao processo, com todas as etapas sendo registradas eletronicamente, facilitando o acompanhamento pelos órgãos de controle.

24.2 O uso do pregão eletrônico também promove uma significativa redução de custos administrativos, eliminando a necessidade de deslocamentos e despesas logísticas, além de proporcionar maior celeridade ao processo licitatório. Outro ponto relevante é a inclusão de micro e pequenas empresas, que têm maior facilidade de participação por meio digital. A utilização dessa modalidade ainda reflete as políticas de modernização da administração pública, garantindo eficiência, economicidade e maior controle na gestão dos recursos públicos.

25. Qualificação Técnica e Econômica

Qualificação Técnica

25.1 A qualificação técnica não será exigida conforme Parágrafo 1º do Art. 67 da Lei nº 14.133 /2021.

Qualificação Econômico-Financeira

25.2 Não haverá a necessidade de exigir a qualificação Econômico-Financeira pelos seguintes motivos:

25.2.1 Natureza do Objeto Licitado: O objeto da licitação é de baixa complexidade ou de valor reduzido, o que não justifica a exigência de comprovação de capacidade econômico-financeira;

25.2.2 Baixo Nível de Risco: O risco associado à execução do contrato é considerado baixo, tornando desnecessária a análise das condições financeiras dos licitantes para garantir a execução satisfatória do objeto;

25.2.3 Objetivo de Ampliar a Competitividade: A não exigência de qualificação econômico-financeira visa aumentar a participação de pequenos e microempresários, promovendo a competitividade e, potencialmente, a obtenção de melhores preços;

25.2.4 Análise de Mercado: Estudos de mercado indicam que há ampla disponibilidade de fornecedores qualificados, e a exigência de comprovação econômico-financeira poderia inviabilizar a participação de empresas menores;

25.2.5 Foco em Critérios de Qualidade e Preço: Para o tipo de aquisição, a ênfase pode ser mais adequada em critérios como qualidade do produto ou serviço e preço, ao invés da capacidade financeira;

25.2.6 Experiências Anteriores: Experiências passadas com contratos semelhantes demonstraram que a exigência de qualificação econômico-financeira não contribuiu para a qualidade da execução, já que os fornecedores entregaram o que foi acordado; e

25.2.7 Facilitação de Acesso ao Mercado: A decisão contribui para a inclusão de novos fornecedores no mercado, incentivando a diversidade e o fortalecimento da economia local.

26. Minuta de Edital e Anexos

26.1 Serão adotados os modelos nacionais disponibilizados pela Advocacia Geral da União.

27. Catálogo Eletrônico de Padronização

27.1 Em consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que o mesmo disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar. Portanto, não atende ao objeto desta aquisição.

28. Plano de Logística Sustentável

28.1 O Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS se caracteriza como instrumento de governança, vinculado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade, ou instrumento equivalente, e às leis orçamentárias, que estabelece a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão ou entidade, considerando objetivos e ações referentes a critérios de sustentabilidade, nas dimensões econômica, social, ambiental e cultural. A Equipe de Planejamento verificou que a demanda está devidamente contemplada no PLS da AMAN.

29. Justificativa Bem Comum e Continuado

Justificativa para Caracterização de Materiais de Higiene e Limpeza como Bens Comuns

29.1 Os materiais de higiene e limpeza podem ser caracterizados como bens comuns por apresentarem especificações técnicas padronizadas, amplamente disponíveis no mercado. Esses produtos, como detergentes, desinfetantes e papel higiênico, seguem padrões reconhecidos e utilizados por diversos fornecedores, o que permite comparações objetivas e claras entre as propostas. Além disso, suas especificações são facilmente identificáveis e não requerem adaptações ou personalizações específicas, garantindo que qualquer fornecedor do setor tenha capacidade de ofertar esses itens. Dessa forma, a aquisição desses materiais pode ser realizada por meio de processos licitatórios simplificados, como o pregão eletrônico, sem a necessidade de exigências técnicas complexas.

Justificativa para a Celebração de um Contrato por Escopo para Materiais de Higiene e Limpeza

29.2 A celebração de um contrato por escopo para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza se justifica pela necessidade de aquisição desses produtos em quantidade previamente definida, garantindo o abastecimento adequado das unidades administrativas por um período determinado. Diferentemente das contratações continuadas, cujo fornecimento ocorre de maneira recorrente e ininterrupta, a presente contratação estabelece um fornecimento delimitado, com entrega prevista dentro do escopo contratual, sem necessidade de reposição periódica automática.

Essa abordagem permite maior previsibilidade na aquisição dos materiais essenciais, como detergentes, desinfetantes, papel higiênico e outros itens indispensáveis, otimizando a gestão de estoque e evitando a fragmentação de compras. Além disso, a definição clara das quantidades e prazos de entrega possibilita melhor planejamento orçamentário e eficiência no processo de aquisição, evitando a necessidade de ajustes contratuais frequentes.

A contratação por escopo assegura que a Administração disponha dos materiais necessários para suas atividades durante o período previsto no contrato, sem comprometer a continuidade dos serviços. Essa estratégia permite melhor negociação de preços e condições comerciais vantajosas, garantindo o atendimento da demanda dentro do planejamento estabelecido.

30. Obrigações da Contratada

Exigência de Garantia

30.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista:

Facilidade de Substituição: Os materiais de higiene e limpeza são amplamente disponíveis no mercado, permitindo fácil substituição em caso de não conformidades ou falhas no fornecimento. Essa alta disponibilidade minimiza o risco para a Administração Pública, tornando desnecessária a exigência de garantia na contratação.

31. Participação de ME/EPP

31.1 A permissão de participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) em licitações é amplamente respaldada pela legislação vigente, particularmente pela Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Esta legislação visa estimular o desenvolvimento econômico e a competitividade dessas empresas, oferecendo tratamento diferenciado e favorecido no acesso às contratações públicas.

31.2 A inclusão de ME e EPP nas licitações públicas fomenta a economia local, gera empregos e distribui renda, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões. Além disso, permitir a participação dessas empresas aumenta a competitividade do processo licitatório, diversificando a base de fornecedores e possibilitando a Administração Pública a obter propostas mais vantajosas em termos de preço e qualidade.

31.3 Tendo em vista que as hipóteses previstas no Art. 49 da LC 123/2006 não se aplicam aos bens objeto desta contratação, será permitida a participação de ME/EPP, bem como calculadas as cotas reservadas de até 25% aos bens de natureza divisível, cujo valor estimado for superior a R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do art. 8º do Decreto nº 8.538, de 2015.

32. Vedação à Participação de Consórcio

32.1. A participação de consórcios deverá ser **restrita** em virtude dos seguintes aspectos:

32.1.1. Simplicidade e Unicidade do Objeto: o objeto da licitação é simples e homogêneo, sem exigir a combinação de competências técnicas diversas;

32.1.2. Experiência e Capacidade Técnica Individual: participação de consórcios foi restringida para garantir que apenas empresas com capacidade técnica e experiência suficientes, capazes de executar integralmente o objeto licitado por conta própria, possam participar do certame;

32.1.3. Alinhamento com Estratégia de Compras: a restrição à participação de consórcios está alinhada com a estratégia de compras da Administração, que busca simplificar os processos licitatórios e garantir que o objeto seja executado por empresas com capacidade plena e comprovada.

33. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DORCELO RIBEIRO JUNIOR

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/03/2025 às 14:19:25.

TIAGO SOARES COUTINHO

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/03/2025 às 15:25:40.

LUIDE MACHADO LEMOS

Chefe da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 20/03/2025 às 16:11:36.

Despacho: Fica autorizado o início do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico SRP, de acordo com a Lei 14.133/21, para a presente contratação. A presente licitação seguirá os trâmites legais.

RAFAEL SALGADO DA SILVA

Autoridade competente

34. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

34.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é necessária tendo em vista a importância da aquisição dos materiais a fim de manter as atividades diárias das diversas seções, assim como bem atender todas as demandas desta Organização Militar. O atendimento do acima exposto se mostra viável à medida que são obedecidos os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da eficiência,